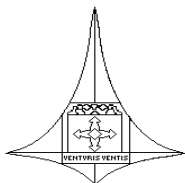




ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA DO DF

OUTUBRO /2017



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
ASSESSORIA DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

CIRCULAÇÃO INTERNA

ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA DO
DISTRITO FEDERAL

OUTUBRO/2017

APRESENTAÇÃO	2
ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA	3
CENÁRIO MACROECONÔMICO	9
ARRECADAÇÃO DO ICMS	12
ARRECADAÇÃO DO REGIME SIMPLIFICADO	27
ARRECADAÇÃO DO ISS	28
SÉRIES HISTÓRICAS	37

APRESENTAÇÃO

Elaborado pela Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais/GAB/SEF, o presente relatório tem o propósito de divulgar os valores da arrecadação de origem tributária do Distrito Federal referentes ao mês de outubro e ao período de janeiro a outubro de 2017.

A fonte dos dados apresentados é o Sistema Integrado de Gestão Tributária – SIGGO em 13/11/2017. Para as arrecadações do ICMS e do ISS por segmento econômico, a fonte é o Sistema Integrado de Tributação e Administração Fiscal – SITAF em 06/11/2017.

As informações são apresentadas por meio de tabelas e gráficos, acompanhados de comentários, de forma a evidenciar o comportamento das receitas de origem tributária no mês de outubro e no período de janeiro a outubro de 2017, em relação a igual período de 2016.

Inicialmente, aborda-se o total da arrecadação de origem tributária, sendo apontados os itens de receita que mais contribuíram para o resultado observado. Em seguida, faz-se a exposição da arrecadação do ICMS, item de receita de maior representatividade, detalhada por situação de recolhimento e atividade econômica. É dado destaque à arrecadação do regime simplificado de tributação (Simples Nacional) nos últimos seis meses, discriminando os recolhimentos a título de ICMS e ISS. A arrecadação do ISS é tratada na sequência por situação de recolhimento e atividade econômica. Após, são apresentadas séries históricas das receitas de origem tributária.

Brasília, 17 de novembro de 2017.

Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais/GAB/SEF

ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA

No mês de outubro de 2017, a receita de origem tributária totalizou o montante de R\$ 1.229,7 milhões em valores correntes. No confronto com outubro de 2016, aponta-se um decréscimo nominal de -1,9%, que corresponde a um decréscimo real de -3,6%, tendo como índice de correção monetária o INPC/IBGE. A tabela abaixo apresenta a receita de outubro discriminada pelos principais tributos, variações nominais e reais e participações percentuais no total da arrecadação.

DISTRITO FEDERAL: ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA Dados SIGGO em 13/11/2017

VALORES EM R\$ MIL

ITEM	out/17	out/16	outubro/2016 pelo INPC/IBGE	Variação Nominal		Variação Real		Composição da arrecadação em outubro/17
	(a)	(b)	(c)	(a) - (b)	(a)/(b)	(a) - (c)	(a)/(c)	
ICMS	636.366	651.653	663.596	-15.286	-2,3%	-27.230	-4,1%	51,8%
ISS	125.087	124.727	127.013	+360	+0,3%	-1.926	-1,5%	10,2%
SIMPLES	33.581	25.311	25.775	+8.270	+32,7%	+7.807	+30,3%	2,7%
IRRF	237.796	234.395	238.691	+3.401	+1,5%	-895	-0,4%	19,3%
IPVA	23.747	40.288	41.026	-16.541	-41,1%	-17.279	-42,1%	1,9%
IPTU/TLP	90.315	84.553	86.103	+5.762	+6,8%	+4.213	+4,9%	7,3%
ITBI	30.691	26.663	27.152	+4.029	+15,1%	+3.540	+13,0%	2,5%
ITCD	22.791	9.701	9.879	+13.091	+134,9%	+12.913	+130,7%	1,9%
Outras Taxas	5.963	6.329	6.445	-366	-5,8%	-482	-7,5%	0,5%
Receita Tributária Total (A)	1.206.339	1.203.618	1.225.679	+2.721	+0,2%	-19.340	-1,6%	98,1%
Dívida Ativa	4.874	34.344	34.973	-29.470	-85,8%	-30.099	-86,1%	0,4%
Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa	6.032	4.707	4.793	+1.325	+28,1%	+1.239	+25,8%	0,5%
Multas e Juros de Mora dos Tributos	12.417	10.454	10.646	+1.962	+18,8%	+1.771	+16,6%	1,0%
Total das Outras Receitas (B)	23.322	49.505	50.412	-26.182	-52,9%	-27.090	-53,7%	1,9%
Total da Arrecadação (A) + (B)	1.229.661	1.253.123	1.276.091	-23.462	-1,9%	-46.429	-3,6%	100,0%

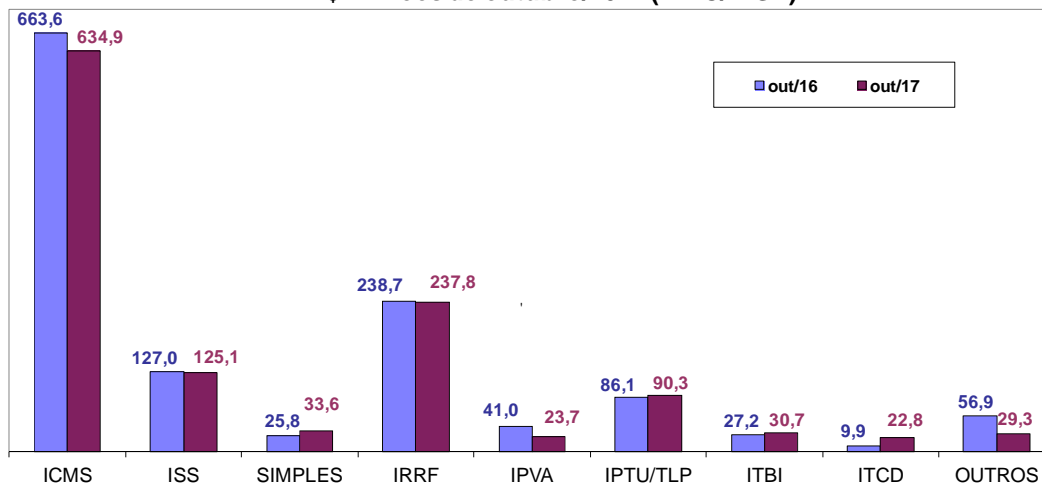
Em relação ao desempenho real da arrecadação tributária em outubro de 2017 frente a outubro de 2016, verificaram-se acréscimos na arrecadação da maior parte dos tributos, destacando-se o ITCD com R\$ 12,9 milhões (+130,7%), devido a um pagamento singular no montante de R\$ 12 milhões, o Simples com R\$ 7,8 milhões (+30,3%) e o IPTU/TLP com R\$ 4,2 milhões (+4,9%).

Contudo, foram observados decréscimos reais nas receitas da Dívida Ativa de R\$ 30,1 milhões (- 86,1%); e do ICMS de R\$ 27,2 milhões (-4,1%). No caso da Dívida Ativa, houve ajuste contábil efetuado no SIGGO que privilegiou o mês de setembro de 2017 em detrimento a outubro.

Os ingressos do ICMS Incentivado/FUNDEFE, além de apresentar comportamento irregular ao longo do tempo, resultam em grande parte de receita contábil sem fluxo financeiro. Assim, o montante relativo à R\$ 1,5

milhão registrado para o mês de outubro de 2017 nesta rubrica foi excluído da análise a seguir.

Arrecadação em outubro/2017 contra outubro/2016 - Sem incentivado
Em R\$ milhões de outubro/2017 (INPC/IBGE)



No resultado acumulado no período de janeiro a outubro de 2017, a receita de origem tributária alcançou o montante de R\$ 12,7 bilhões em valores correntes, que corresponde a um aumento nominal de 3,5% e real de 0,4%, em relação ao mesmo período de 2016.

A tabela a seguir apresenta a receita acumulada no ano discriminada pelos principais tributos, variações nominais e reais, e participações percentuais no total da arrecadação.

DISTRITO FEDERAL: ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA ACUMULADA EM 2017

Dados SIGGO em 13/11/2017

VALORES EM R\$ MIL

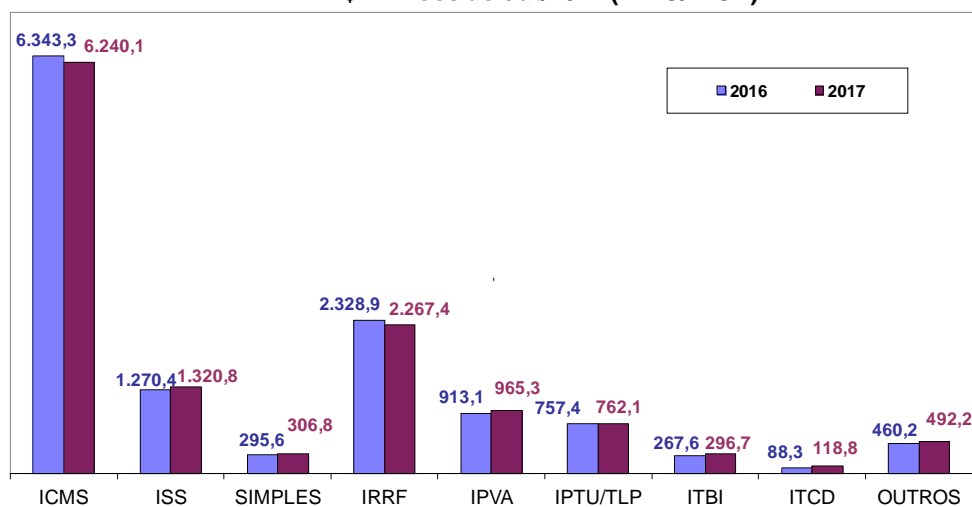
ITEM	2017 (a)	2016 (b)	2017 pelo INPC/IBGE (c)	2016 pelo INPC/IBGE (d)	Variação Nominal		Variação Real		Composição da arrecadação
					(a) - (b)	(a)/(b)	(c) - (d)	(c)/(d)	
ICMS	6.212.963	6.118.141	6.244.302	6.343.270	+94.823	+1,5%	-98.969	-1,6%	48,9%
ISS	1.314.080	1.225.234	1.320.806	1.270.446	+88.846	+7,3%	+50.360	+4,0%	10,3%
SIMPLES	305.259	284.951	306.796	295.610	+20.308	+7,1%	+11.187	+3,8%	2,4%
IRRF	2.256.613	2.248.418	2.267.369	2.328.858	+8.195	+0,4%	-61.489	-2,6%	17,7%
IPVA	958.977	874.892	965.301	913.081	+84.085	+9,6%	+52.221	+5,7%	7,6%
IPTU/TLP	759.168	737.328	762.138	757.367	+21.840	+3,0%	+4.772	+0,6%	6,0%
ITBI	295.320	258.534	296.706	267.581	+36.786	+14,2%	+29.125	+10,9%	2,3%
ITCD	118.342	84.976	118.812	88.275	+33.366	+39,3%	+30.537	+34,6%	0,9%
Outras Taxas	64.787	67.941	65.098	70.374	-3.153	-4,6%	-5.276	-7,5%	0,5%
Receita Tributária Total (A)	12.285.510	11.900.414	12.347.329	12.334.860	+385.095	+3,2%	+12.468	+0,1%	96,7%
Dívida Ativa	244.988	230.398	246.228	238.547	+14.590	+6,3%	+7.681	+3,2%	1,9%
Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa	79.942	62.331	80.323	64.630	+17.611	+28,3%	+15.693	+24,3%	0,6%
Multas e Juros de Mora dos Tributos	100.086	83.790	100.542	86.616	+16.296	+19,4%	+13.926	+16,1%	0,8%
Total das Outras Receitas (B)	425.015	376.519	427.094	389.793	+48.497	+12,9%	+37.301	+9,6%	3,3%
Total da Arrecadação (A) + (B)	12.710.525	12.276.933	12.774.422	12.724.653	+433.592	+3,5%	+49.769	+0,4%	100,0%

Fonte: SIGGO.

Os ingressos do ICMS Incentivado/FUNDEFE foram também excluídos da análise a seguir.

Na comparação acumulada no período de janeiro a outubro de 2017 com o correspondente período de 2016, destacam-se os acréscimos reais de R\$ 52,2 milhões do IPVA (+5,7%), R\$ 50,4 milhões do ISS (+4,0%), e R\$ 30,5 milhões do ITCD (+34,6%). Por outro lado, foram registradas quedas reais de R\$ 99,0 milhões do ICMS (-1,6%), R\$ 61,5 milhões do IRRF (-2,6%) e de R\$ 5,3 milhões de Outras Taxas (-7,5%).

Arrecadação em 2017 contra 2016 - Sem incentivado
Em R\$ milhões de out/2017 (INPC/IBGE)



Em outubro de 2017, o valor médio de venda dos imóveis residenciais nas 20 cidades monitoradas foi de R\$ 7.633/m². Rio de Janeiro se manteve como a cidade com o m² mais caro do país (R\$ 9.871), seguida por São Paulo (R\$ 8.728) e Distrito Federal (R\$ 8.255). O Índice FipeZap – que acompanha o preço de venda de imóveis residenciais em 20 cidades brasileiras – manteve-se estável entre setembro e outubro de 2017.

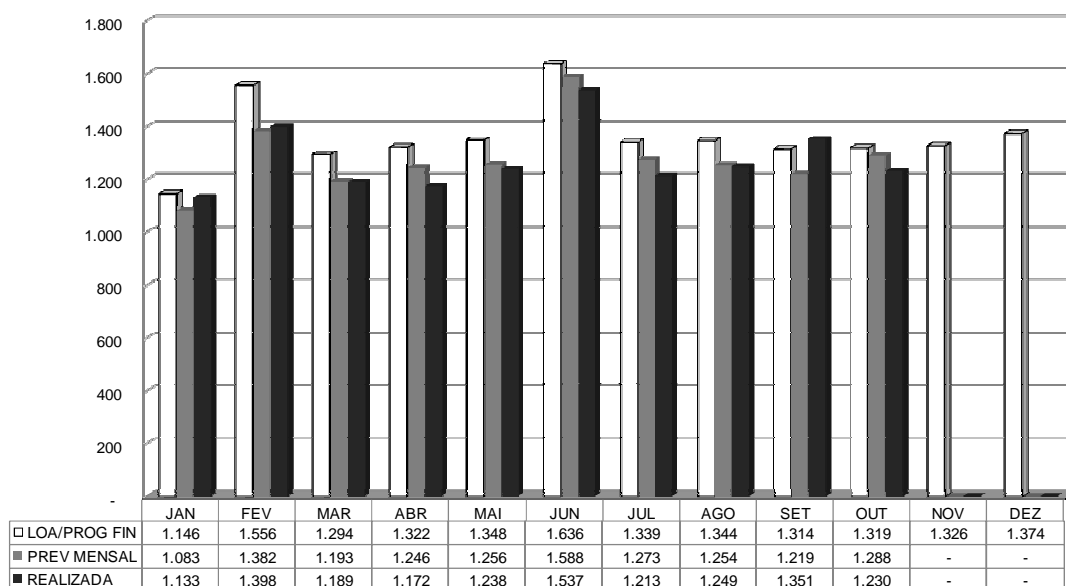
Em outubro, das 20 cidades pesquisadas, 10 apresentaram recuo no preço de venda, com destaque para Santos (-0,58%), Rio de Janeiro (-0,47%) e Distrito Federal (-0,38%), o que contribuiu para o recuo nominal de -0,56% no acumulado do ano.

Considerando os últimos 12 meses, o índice FipeZap registra queda no preço médio (-0,37%) dos imóveis residenciais, reflexo do recuo nominal no preço de venda apresentado em 13 das 20 cidades pesquisadas, com destaque para Rio de Janeiro (-4,07%), Fortaleza (-3,68%), Niterói (-2,83%) e Distrito Federal (-2,81%). Entre as 7 cidades que apresentaram alta no preço médio de venda, apenas em Belo Horizonte (+5,34%) e Florianópolis (+3,68%) as variações observadas superaram a inflação acumulada no período (+2,75%).

Em que pese à tendência de queda nos preços de imóveis residenciais no DF, a arrecadação do ITBI continua a ter um resultado positivo, apresentando aumento real de 10,9% (+R\$ 29,1 milhões) no acumulado do período de janeiro a outubro de 2017 frente ao mesmo período em 2016.

No gráfico abaixo são apresentados comparativos mensais entre os desempenhos das arrecadações previstas na LOA/programação financeira, na previsão mensal e na receita realizada, cuja fonte é o SIGGO.

**RECEITA DE ORIGEM TRIBUTÁRIA - 2017
EM R\$ MILHÕES**



A receita realizada em outubro de 2017 ficou abaixo da considerada na previsão mensal em R\$ 57,9 milhões, que correspondeu a um desvio negativo de 4,5% de realização. Para esse resultado, contribuíram especialmente os desvios negativos do IRRF (-R\$ 57,1 milhões), da Dívida Ativa (-R\$ 21,8 milhões), do ISS (-R\$ 13,7 milhões) e do IPTU/TLP (-R\$ 13,7 milhões). Por outro lado, realizaram mais que o previsto, o ICMS (+R\$ 20,3 milhões), o ITCD (+R\$ 14,2 milhões) e o IPVA (+R\$ 10,9 milhões).

Quanto à previsão contida na LOA/Programação Financeira para o mês de outubro, a receita realizada ficou abaixo da previsão em R\$ 89,1 milhões. Os desvios negativos mais relevantes foram o IRRF (-R\$ 57,1 milhões), o ICMS (-R\$ 43,1 milhões) e a Dívida Ativa (-R\$ 17,9 milhões). Observam-se desvios positivos expressivos no IPVA (+R\$ 16,9 milhões), no ITCD (+R\$ 12,5 milhões) e em Multas e Juros dos Tributos (+R\$ 7,5 milhões).

VALORES EM R\$ MIL

RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - OUTUBRO 2017					
	PREVISÃO MENSAL (A)	LOA/PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (B)	RECEITA REALIZADA (C)	(C-A)	(C-B)
ICMS	617.563	679.506	636.366	18.803	(43.139)
ISS	138.762	131.373	125.087	(13.675)	(6.286)
SIMPLES	34.156	38.896	33.581	(575)	(5.315)
IRRF	294.865	294.865	237.796	(57.069)	(57.069)
IPVA	12.830	6.829	23.747	10.917	16.918
IPTU/TLP	103.984	85.834	90.315	(13.669)	4.481
ITBI	30.803	30.920	30.691	(111)	(228)
ITCD	8.542	10.245	22.791	14.249	12.546
OUTRAS TAXAS	6.017	7.407	5.963	(54)	(1.444)
RECEITA TRIB TOTAL	1.247.523	1.285.876	1.206.339	(41.184)	(79.537)
DÍVIDA ATIVA	26.639	22.730	4.874	(21.765)	(17.856)
M/J DÍVIDA ATIVA	4.720	5.291	6.032	1.312	741
M/J TRIBUTOS	8.653	4.907	12.417	3.763	7.509
TOTAL OUTRAS REC	40.013	32.928	23.322	-	9.606
TOTAL DA ARRECADAÇÃO	1.287.535	1.318.804	1.229.661	(57.874)	(89.142)

No acumulado do período de janeiro a outubro de 2017, ocorreu desvio negativo de realização frente à previsão mensal na ordem de R\$ 70,6 milhões, os principais desvios negativos ocorreram com o IRRF (-R\$ 322,6 milhões), o IPTU/TLP (-R\$ 71,7 milhões) e o Simples (-R\$ 26,6 milhões). Quanto aos desvios positivos, destacaram-se o ICMS (+R\$ 134,3) e o IPVA (+R\$ 116,9 milhões).

Quanto à comparação da receita prevista acumulada no período de janeiro a outubro de 2017 para LOA/Programação Financeira em relação à receita realizada, houve déficit no montante de R\$ 907,1 milhões. Ressalte-se que as maiores frustrações de realização ocorreram no ICMS (-R\$ 582,6 milhões), IRRF (-R\$ 322,6 milhões) e no IPTU/TLP (-R\$ 82,5 milhões). No caso do ICMS, a projeção do PIB para 2017 mais otimista quando da época da elaboração da LOA (1,12% contra 0,65% utilizado na previsão mensal de outubro de 2017 - pesquisa Focus/BACEN) e o não ingresso até o momento da receita prevista com o Fundo de Equilíbrio Fiscal do DF – FEF/DF contribuem para o desvio observado.

VALORES EM R\$ MIL

RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - JANEIRO A OUTUBRO 2017					
	PREVISÃO MENSAL(A)	LOA/PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (B)	RECEITA REALIZADA (C)	(C-A)	(C-B)
ICMS	6.082.829	6.795.540	6.212.963	130.134	(582.577)
ISS	1.289.838	1.316.242	1.314.080	24.242	(2.162)
SIMPLES	331.862	338.657	305.259	(26.603)	(33.398)
IRRF	2.579.181	2.579.181	2.256.613	(322.568)	(322.568)
IPVA	842.124	916.644	958.977	116.853	42.334
IPTU/TLP	830.872	841.667	759.168	(71.704)	(82.498)
ITBI	304.610	310.051	295.320	(9.290)	(14.731)
ITCD	77.865	88.365	118.342	40.477	29.976
OUTRAS TAXAS	68.691	72.955	64.787	(3.904)	(8.167)
RECEITA TRIB TOTAL	12.407.873	13.259.300	12.285.510	(122.363)	(973.791)
DÍVIDA ATIVA	242.627	244.288	244.988	2.361	701
M/J DÍVIDA ATIVA	55.432	63.347	79.942	24.510	16.594
M/J TRIBUTOS	75.210	50.720	100.086	24.876	49.366
TOTAL OUTRAS REC	373.269	358.355	425.015	51.746	66.661
TOTAL DA ARRECAÇÃO	12.781.142	13.617.655	12.710.525	(70.617)	(907.130)

CENÁRIO MACROECONÔMICO

O quadro abaixo resume os indicadores econômicos considerados relevantes na elaboração do presente relatório.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS								
	Unidade	Fonte	set/16	set/17	ago/17	acum. ano	últ. 12 meses	projeção 2017
IPCA	variação %	IBGE/BACEN	0,08%	0,16%	-0,23%	1,78%	2,54%	3,09%
IPCA - Brasília	variação %	IBGE/BACEN	0,22%	0,22%	-0,22%	2,19%	3,99%	nd
SELIC (a.a)	variação % a.a.	BACEN	14,25%	8,25%	9,25%	---	---	7,00%
PIB BRASIL	taxa trimestral %/ano ant	IBGE/BACEN			nd			0,73%
IBC-Br (20)	var % mês/mês ant	BACEN			0,50%			nd
Taxa de desemprego no DF	variação %	CODEPLAN	17,2%	18,7%	18,7%			nd
FipeZap ampliado (Venda, 20 cidades; 1)	variação %	Fipe	0,11%	0,00%	-0,15%	0,6%	-0,37%	nd
FipeZap DF (1)	variação %	Fipe	-0,25%	-0,38%	-0,12%	-2,52%	-2,81%	nd
Preço médio imóvel DF (1)	R\$/m ²	Fipe	8.522	8.255	8.345	---	---	nd
Venda combustíveis no DF	var % mês/mês ant	ANP	-4,13%	-6,75%	4,67%			nd
Produção industrial Brasil (PIM-PF; 2)	var % mês/mês ant	IBGE			0,00%			nd
Receita nominal de vendas/com. varej. ampliado - BR	var % mês/mês ant	IBGE						nd
Receita nominal de vendas/com. varej. ampliado -DF (3)	var % mês/mês ant	IBGE			10,1%			nd
Consumo de energia elétrica - DF	var % mês/mês ant	EPE			0,25%	-4,64%	-0,92%	nd
Veículos licenciados no Brasil (22)	var % mês/mês ant	Fenabrave	-13,15%	17,16%	-8,00%	7,36%	15,20%	9,90%
Veículos vendidos no DF (23)	var % mês/mês ant	Sincodiv/DF	-20,92%	14,21%	-5,74%	2,91%	-0,09%	nd

Obs: 1. Os índices FipeZap e o preço médio do imóvel referem-se ao mês seguinte;

2. O índice refere-se à indústria geral;

3. Variações contra igual mês do ano anterior.

PIB

Em 10 de outubro foi divulgado que o Fundo Monetário Internacional (FMI) elevou a previsão de crescimento para o Brasil de 2017, de 0,3%, feita em julho, para 0,7%, um dos maiores aumentos feitos pela instituição nas projeções macroeconômicas para diversas nações nos últimos três meses.

No Boletim Focus divulgado em 13 de novembro, os analistas do mercado financeiro consultados pelo Banco Central (BC) elevaram ligeiramente a projeção para o crescimento do PIB deste ano, passando de expansão de 0,72% para 0,73%, mas mantiveram a previsão de crescimento do PIB em 2,50% em 2018 (em relação àquelas divulgadas 4 semanas antes,

respectivamente) – bem superior à estimativa do FMI para o crescimento do PIB em 2018, de 1,5%.

IBC-Br

Após dois meses seguidos de alta, o nível de atividade da economia brasileira voltou a registrar queda em agosto. Segundo informações divulgadas em 18 de outubro pelo Banco Central, o Índice de Atividade Econômica do BC (IBC-Br) recuou 0,38% em agosto, na comparação com julho. O resultado foi calculado após ajuste sazonal (uma espécie de "compensação" para comparar períodos diferentes). O indicador de agosto foi influenciado por resultados fracos tanto da produção industrial quanto das vendas no varejo e do volume de serviços.

Mesmo tendo sido pior do que a expectativa em pesquisa da Reuters, de queda de 0,15% na mediana das projeções dos especialistas consultados, o IBC-Br aumentou 1,64% quando comparado a agosto de 2016 (neste caso, sem ajuste sazonal, uma vez que considera períodos iguais).

IPCA

Segundo dados divulgados em 10 de novembro pelo IBGE, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado o índice oficial de inflação no Brasil que abrange famílias com rendimento de 1 a 40 salários mínimos, em 10 regiões metropolitanas do país, além dos municípios de Goiânia, Campo Grande e de Brasília, ficou em 0,42%, 0,26 ponto percentual (p.p.) acima do resultado de setembro (0,16%). No ano, o índice acumula 2,21%, bem abaixo dos 5,78% registrados em igual período de 2016, sendo o menor acumulado no ano registrado em um mês de outubro desde 1998 (1,44%). Considerando os últimos doze meses o índice ficou em 2,70%, resultado superior aos 2,54% registrados nos 12 meses imediatamente anteriores, mas ainda abaixo do piso da meta de inflação estipulada pelo governo, que é de 3% ao ano (1,5 ponto percentual abaixo do centro da meta, que é de 4,5% ao ano). Em outubro de 2016, o IPCA havia registrado variação de 0,26%.

Em Brasília, que tem peso regional de 2,80% na pesquisa do IBGE, o índice teve variação mensal de 0,48% (contra 0,22% em setembro), acumulando alta de 4,12% nos últimos 12 meses (a mais alta registrada na pesquisa e bem maior que a média de 2,70% das cidades pesquisadas).

No Boletim Focus de 09 de novembro, a previsão dos analistas consultados pelo BC para a variação do IPCA em 2017 subiu de 3,00% há 4 semanas para 3,09%, e de 4,02% para 4,04% em 2018.

SELIC

Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) reduziu em 25 de outubro, pela nona vez seguida, a taxa Selic em 0,75 ponto percentual, de 8,25% ao ano para 7,5% ao ano. A taxa básica de juros é usada nas negociações de títulos públicos no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve de referência para as demais taxas de juros da economia.

No Boletim Focus de 10 de novembro, das instituições consultadas foi mantida em 7,0% tanto para 2017 como para 2018, taxas que não se alteram há 9 e 8 semanas, respectivamente.

TAXA DE DESOCUPAÇÃO

Segundo dados da Pnad Contínua divulgados em 31 de outubro pelo IBGE, a taxa de desocupação no trimestre julho-agosto-setembro de 2017 recuou 0,6 ponto percentual em relação ao trimestre encerrado junho, caindo de 13,0% para 12,4%. A população desocupada (13,0 milhões) teve queda de 3,9% (menos 524 mil pessoas) em relação ao trimestre anterior.

No confronto com igual trimestre de 2016, quando havia 12,0 milhões de desocupados, houve alta de 7,8% (mais 939 mil de pessoas).

A Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED-DF), divulgada em 27 de setembro pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), mostra que a taxa de desemprego total permaneceu

estável em 18,7%, sendo estimado em 305 mil o número total de desempregados (redução de 1 mil pessoas em relação ao mês anterior).

Entre setembro de 2016 e setembro de 2017, a taxa de desemprego total aumentou, ao passar de 17,2% para 18,7%, tendo o contingente de desempregados aumentado em 39 mil pessoas, resultado do crescimento insuficiente do nível de ocupação (4,0%, ou 51 mil) para absorver o aumento da População Economicamente Ativa – PEA (5,8%, ou 90 mil pessoas).

No mês de setembro, o contingente de ocupados foi estimado em 1.329 mil pessoas, 1 mil a mais em relação ao mês anterior. Segundo os setores de atividade econômica analisados, houve relativa estabilidade no Comércio (-0,4%, ou -1 mil) e nos Serviços (0,2%, ou 2 mil), decréscimo na Construção Civil (-1,7%, ou -1 mil) e aumento na Indústria de Transformação (2,0%, ou 1 mil). A Administração Pública, por sua vez, aumentou (1,1%, ou 2 mil).

ARRECADAÇÃO DO ICMS

A receita do ICMS registrou no mês de outubro de 2017 ingressos de R\$ 636,4 milhões em valores correntes. No comparativo ao mesmo mês de 2016, apurou-se decréscimo nominal de 2,3% e real de 4,1%, tendo como índice de correção monetária o INPC/IBGE.

Quanto ao resultado acumulado do período de janeiro a outubro de 2017, a receita do ICMS alcançou o montante de R\$ 6.213,0 milhões em valores correntes, resultando em aumento nominal de 1,5%, mas decréscimo real de 1,6% em relação a igual período de 2016.

Em outubro de 2017, no Cadastro Fiscal do Distrito Federal havia 161.501 pessoas jurídicas ativas cadastradas no ICMS, segundo dados divulgados pela CCALT/SUREC. Observa-se uma evolução no número de inscrições no ICMS desde junho de 2017. Do total de inscritos, 87,7% estão enquadrados nos regimes simplificados do Simples Nacional e do SIMEI, com

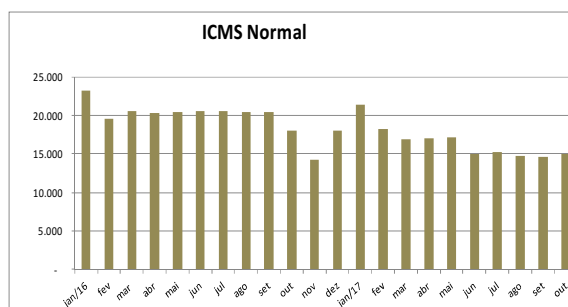
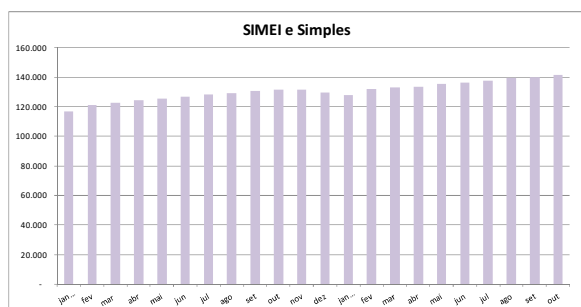
47.667 e 93.943 contribuintes, respectivamente, enquanto 9,3% encontram-se no Regime Normal.

Neste mês, houve aumento de contribuintes do ICMS em todas as Agências de Atendimento, com destaque para Agências de Taguatinga e Brasília, que registraram elevação de 523 e 416 contribuintes, respectivamente.

OUTUBRO DE 2017											
NOME DO REGIME DO ICMS	AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA RECEITA										
	AGBAN	AGBRA	AGCEI	AGEMP	AGGAM	AGPLA	AGSIA	AGSOR	AGTAG	PBRÁZ	TOTAL
1) Reg. Especial Prod. Origem Animal	1	2	5	12	5	3		1		1	30
2) Regime Normal de Apuração	548	3.463	1.206	1.912	1.214	448	2.215	612	3.274	155	15.047
3) PRO-DF Logístico											-
4) Regime Especial de Refeições	4	204	6	116	1	2	53	2	49		437
5) Reg. Especial-Varejista Mat. Construção		2		13				1		5	21
6) Revendedor Porta-a-Porta				25							25
7) SIMEI - Microempreendedor Individual	5.420	16.353	13.843		13.821	5.642	8.464	5.863	22.502	2.035	93.943
8) Simples Nacional - outras modalidades	2.202	11.767	4.834	19	4.851	2.017	6.147	2.394	12.768	668	47.667
9) Substituto Tributário-OUTRA UF				969							969
10) Telecomunicações-Centralizada				61							61
11) Telecomunicações - Centralizadora		1		7							8
12) Outra UF (E-Commerce)	7	14	9	3.246	5		2		5		3.288
13) Crédito Presumido-Serv Transporte				2			2		1		5
TOTAL	8.182	31.806	19.903	6.382	19.897	8.112	16.884	8.872	38.604	2.859	161.501
PARTICIPAÇÃO	5,07%	19,69%	12,32%	3,95%	12,32%	5,02%	10,45%	5,49%	23,90%	1,77%	100,00%
aumento mês atual sobre o mês anterior	1,09%	1,33%	0,86%	0,76%	0,78%	0,95%	0,98%	1,43%	1,37%	1,38%	1,13%

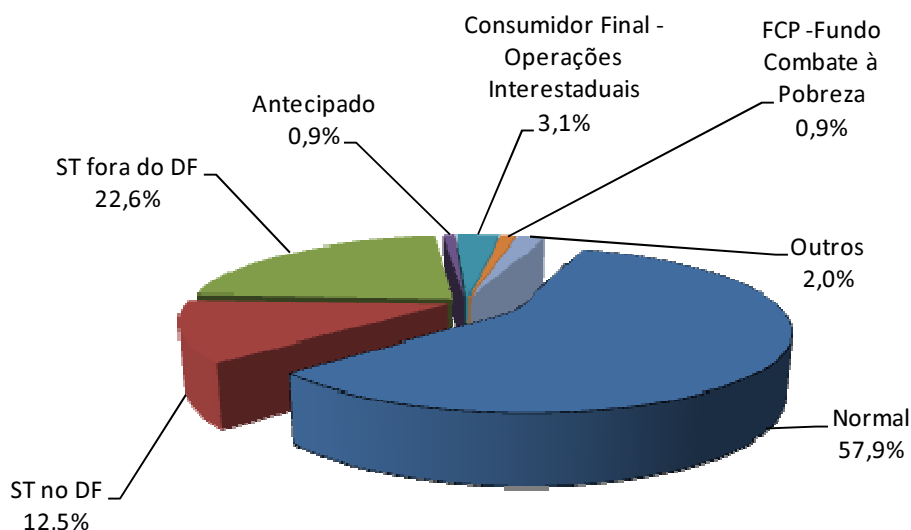
Fonte: CCALT/SUREC, em 31/10/2017.

Ademais, de acordo com as figuras estampadas a seguir, observa-se que ao longo do exercício de 2017, por via de regra, houve trajetória involutiva no quadro de contribuintes do regime de apuração Normal em favor dos optantes pelos regimes simplificados SIMEI e Simples Nacional.



Analisando a composição do ICMS por situação de recolhimento em outubro de 2017, constata-se que a maior participação no total da receita do imposto continua sendo do Regime Normal, com 57,9%, seguido do total da Substituição Tributária fora e no DF, com 35,1%, esse conjunto representando 93,0% da receita total do imposto.

ICMS por Situação de Recolhimento outubro de 2017



Delineando o decréscimo real de R\$ 27,2 milhões na receita total do ICMS em outubro de 2017 na comparação com outubro de 2016 pelos principais itens de receita do tributo, observa-se decréscimo real no ICMS Normal (-R\$ 51,3 milhões), seguido do ICMS Antecipado (-R\$ 3,1 milhões). Por outro lado, foram registrados acréscimos nas Substituições Tributárias no DF e fora do DF (+R\$ 17,3 milhões), seguido de Consumidor Final – Operações Interestaduais (+R\$ 7,8 milhões) e Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza – FCP (+ R\$ 1,3 milhão).

ICMS: ARRECAÇÃO POR ORIGEM DE RECOLHIMENTO ¹						
ITEM	Valores Reais (em R\$ mil)				variação real mensal (em %)	Composição da arrecadação (out/17)
	out/17	jan -out/17	out/16	jan -out/16		
Normal	368.177	3.620.146	419.517	3.930.775	-12,2%	57,9%
ST no DF	79.441	859.314	78.901	775.547	0,7%	12,5%
ST fora do DF	143.582	1.361.872	126.775	1.238.433	13,3%	22,6%
Antecipado	5.615	68.770	8.689	123.668	-35,4%	0,9%
Consumidor Final - Operações Interestaduais	19.863	184.702	11.991	122.267	65,6%	3,1%
FCP ²	7.094	51.563	5.744	51.940	23,5%	1,1%
Outros ³	12.595	97.936	11.979	100.640	5,1%	2,0%
Total da Arrecadação	636.366	6.244.302	663.596	6.343.270	-4,1%	100,0%

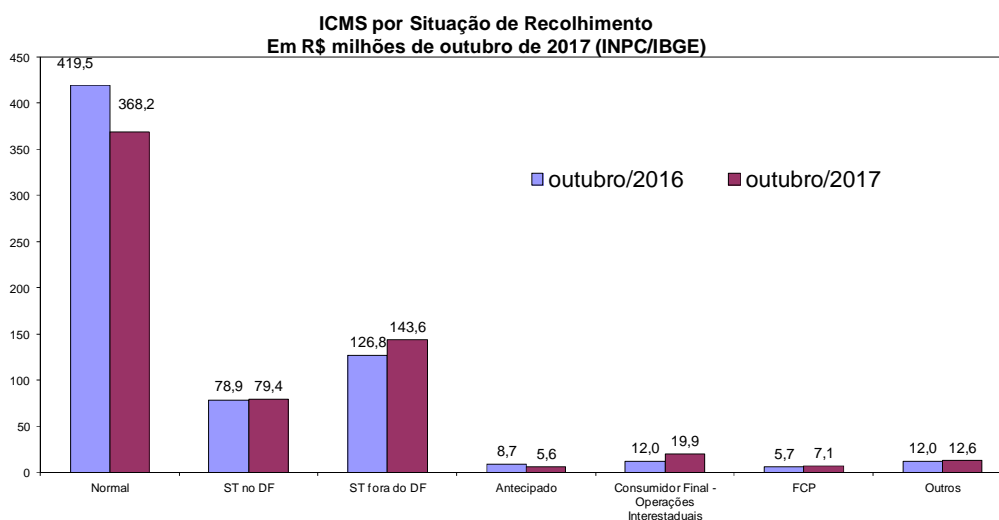
Fonte: Dados SIGGO e SIGEST contabilizado para FCP e Consumidor Final - Operações Interestaduais

Notas: 1. Apuração com base no INPC/IBGE.

2. FCP - Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

3. Outros = importação, auto de infração, LC 52/97, incentivado, energia elétrica, transporte e comunicação.

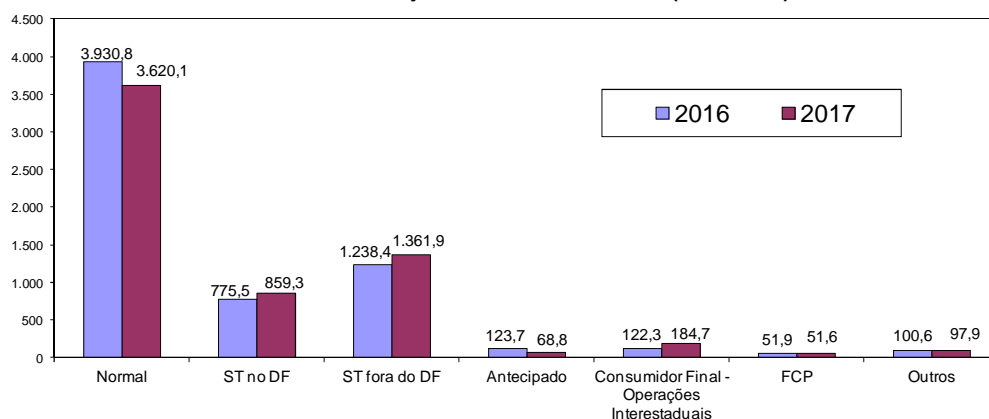
A figura abaixo ilustra a comparação da arrecadação do ICMS por modalidade de recolhimento no mês de outubro de 2017 com igual mês de 2016.



Quanto à análise acumulada no ano de 2017, o decréscimo real do ICMS totalizou R\$ 99,0 milhões, na comparação com correspondente período de 2016. Alinhado com o comportamento apresentado na apuração mensal, constataram-se perdas reais no ICMS Normal (-R\$ 310,6 milhões) e no Antecipado (-R\$ 54,9 milhões). Em contrapartida, contabilizaram expansões as modalidades Substituição Tributária Fora do DF (+R\$ 123,4 milhões), Substituição Tributária Interna do DF (+R\$ 83,8 milhões) e Consumidor Final para Operações Interestaduais referentes ao Comércio Eletrônico (+R\$ 62,4 milhões).

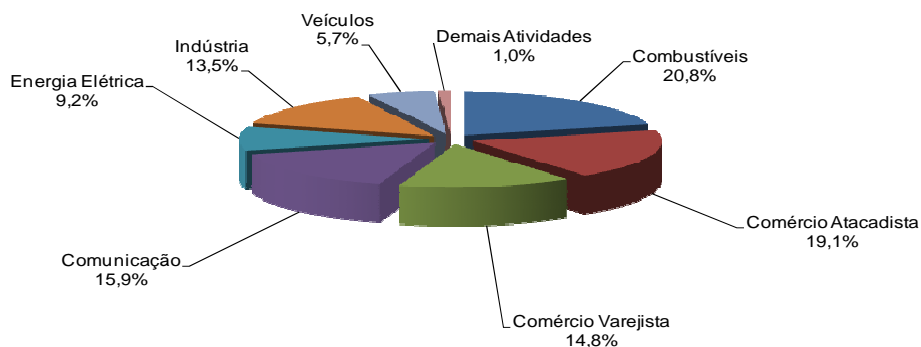
A figura seguinte ilustra a comparação acumulada no período de janeiro a outubro de 2017 frente a igual período de 2016.

**ICMS acumulado por Situação de Recolhimento
Em R\$ milhões de janeiro a outubro de 2017 (INPC/IBGE)**



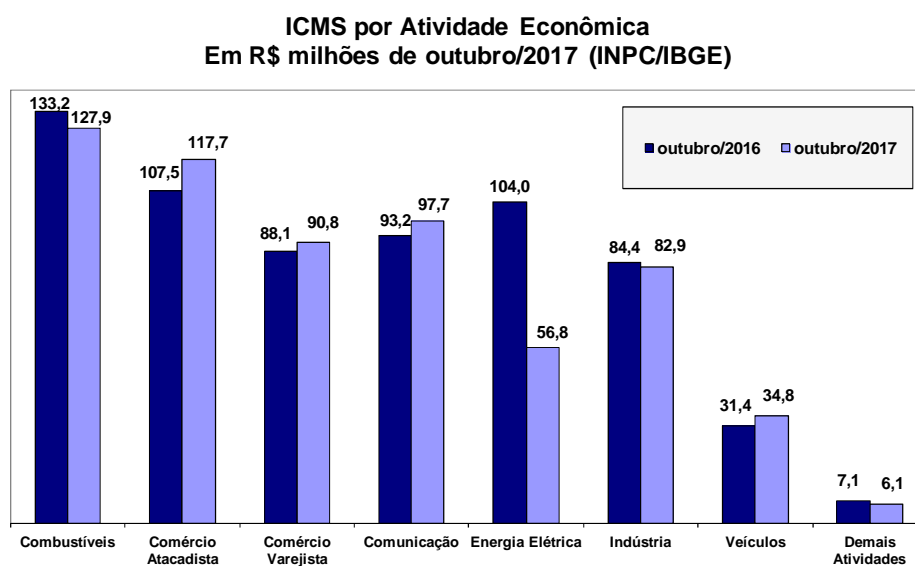
No corte do total do ICMS pelas principais atividades econômicas em outubro de 2017, observa-se que os setores mais representativos foram Combustíveis, com participação de 20,8%, seguido pelo Comércio Atacadista, Comunicação e Comércio Varejista, com participações de 19,1%, 15,9% e 14,8%, respectivamente.

**ICMS por Atividade Econômica
outubro de 2017**



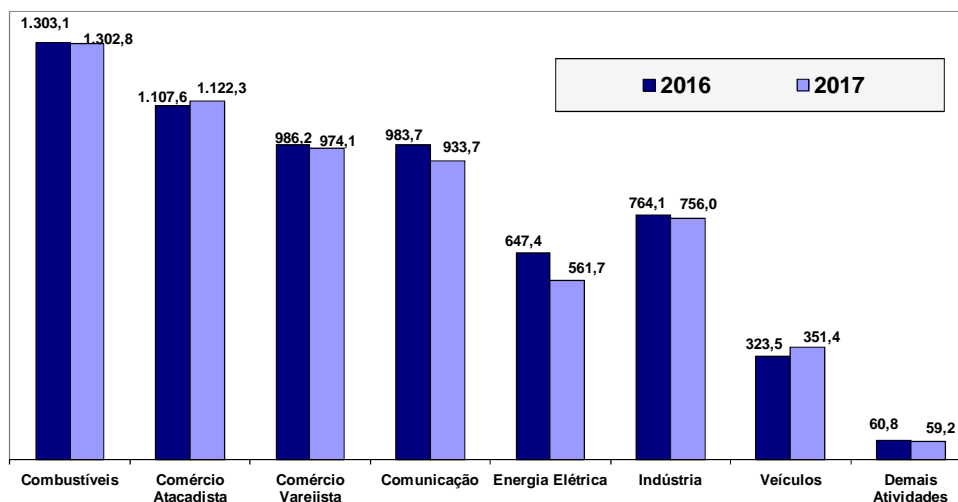
Na avaliação do desempenho real da receita de outubro de 2017 frente a correspondente mês de 2016, destacam-se as evoluções registradas em Comércio Atacadista (+R\$ 10,2 milhões), Comunicação (+R\$ 4,5 milhões) e Veículos (+R\$ 3,4 milhões). Por outro lado, o segmento de Energia Elétrica contabilizou forte retração real (-R\$ 47,2 milhões). A base de comparação (outubro de 2016) encontra-se ampliada devido a recolhimentos adicionais de

fatos geradores de abril de 2015. Ainda, em outubro de 2017, houve decréscimo para o setor de combustíveis (-R\$ 5,3 milhões).



Quanto ao desempenho acumulado para o período de janeiro a outubro de 2017 em relação a igual período de 2016, houve acréscimos de arrecadação nos segmentos Veículos (+R\$ 28,0 milhões) e Comércio Atacadista (+R\$ 14,8 milhões). As maiores perdas reais se deram em Energia Elétrica (-R\$ 85,7 milhões), reflexo do desempenho mensal de outubro de 2016, Comunicação (-R\$ 50,0 milhões) e Comércio Varejista (-R\$ 14,8 milhões). A figura seguinte ilustra a comparação acumulada.

ICMS por Atividade Econômica
2017 contra 2016 (acumulado de jan a out)
Em R\$ milhões de outubro/2017 (INPC/IBGE)



A tabela abaixo resume a arrecadação do ICMS por atividade econômica, apresentando as arrecadações em valores reais para os meses de outubro de 2017 e de 2016, bem como os resultados acumulados dos períodos de janeiro a outubro de 2017 e de 2016; suas variações reais, mensal e acumulada; e a composição da arrecadação em outubro de 2017.

ICMS: ARRECADAÇÃO POR ATIVIDADES SELECIONADAS							
ITEM	Valores Reais ¹ (em R\$ mil)				variação real (em %)		Composição da arrecadação (outubro/2017)
	out/17	jan-out/17	out/16	jan-out/16	out/17	jan-out/17	
					out/16	jan-out/16	
Combustíveis	127.866	1.302.766	133.165	1.303.088	-4,0%	0,0%	20,8%
Comércio Atacadista	117.664	1.122.326	107.461	1.107.572	9,5%	1,3%	19,1%
Comércio Varejista	90.816	974.133	88.070	986.202	3,1%	-1,2%	14,8%
Comunicação	97.681	933.659	93.216	983.701	4,8%	-5,1%	15,9%
Energia Elétrica	56.786	561.690	104.003	647.377	-45,4%	-13,2%	9,2%
Indústria	82.942	755.980	84.379	764.147	-1,7%	-1,1%	13,5%
Veículos	34.750	351.399	31.397	323.453	10,7%	8,6%	5,7%
Demais Atividades	6.091	59.218	7.108	60.755	-14,3%	-2,5%	1,0%
TOTAL	614.597	6.061.170	648.799	6.176.295	-5,3%	-1,9%	100,0%

Fonte: SITAF.

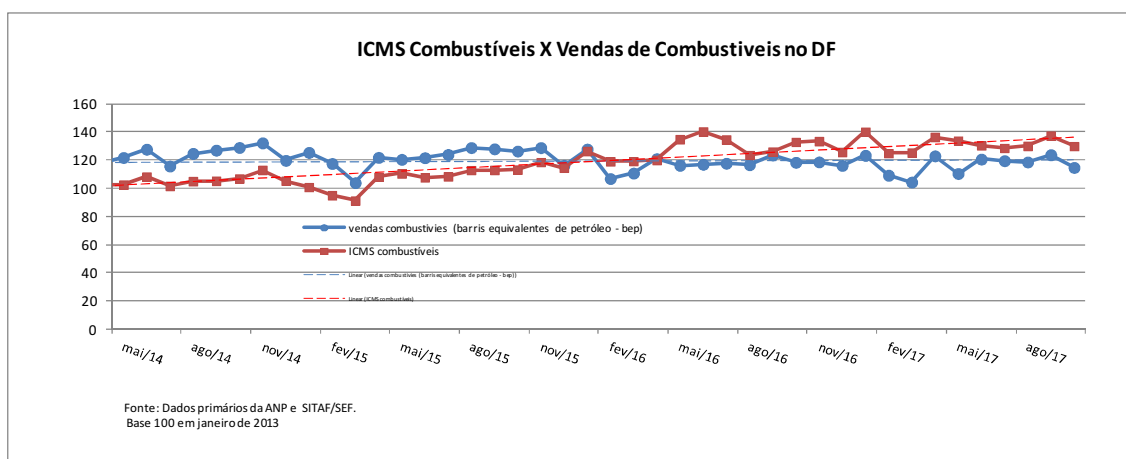
Nota: 1. Apuração com base no INPC/IBGE.

DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO PERANTE O CENÁRIO ECONÔMICO

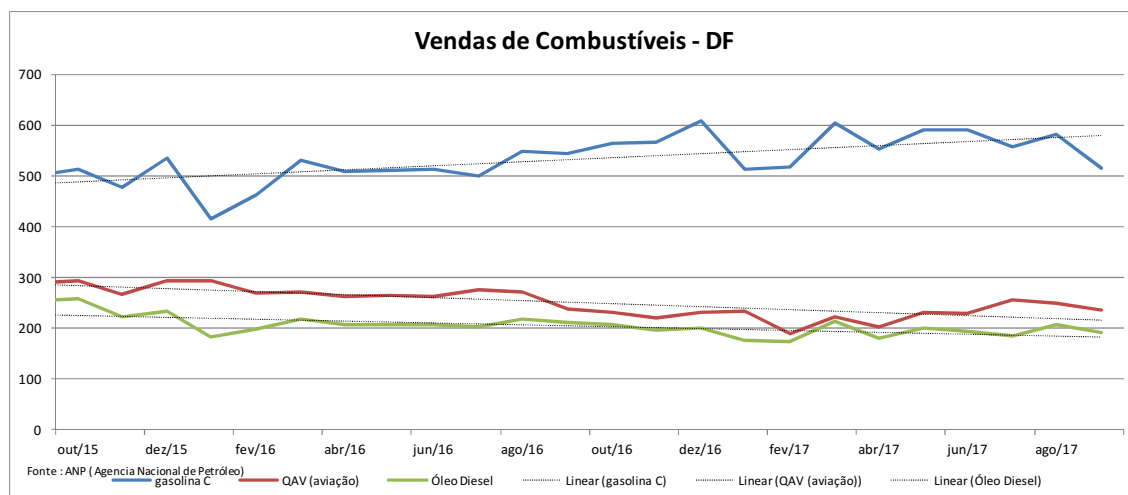
COMBUSTÍVEIS

Para a avaliação do segmento de combustíveis no Distrito Federal, tomaram-se como base as vendas de derivados de petróleo pelas distribuidoras, conforme publicação da Agência Nacional do Petróleo – ANP.

Assim foram construídos números-índice das séries de ICMS combustíveis e venda de combustíveis totais. Para o mês de outubro em relação ao mês precedente, observam-se quedas tanto na venda de combustíveis quanto para a arrecadação do ICMS.



Delineando o comércio de combustíveis no DF ao longo dos últimos meses, observa-se, de acordo com a ilustração seguinte, que: 1) a gasolina C apresentou uma pequena queda nas vendas em outubro, mas possui tendência crescente; 2) o óleo diesel manteve-se em média de valores próximos a 220 mil barris; e 3) o QAV apresenta tendência decrescente de vendas.



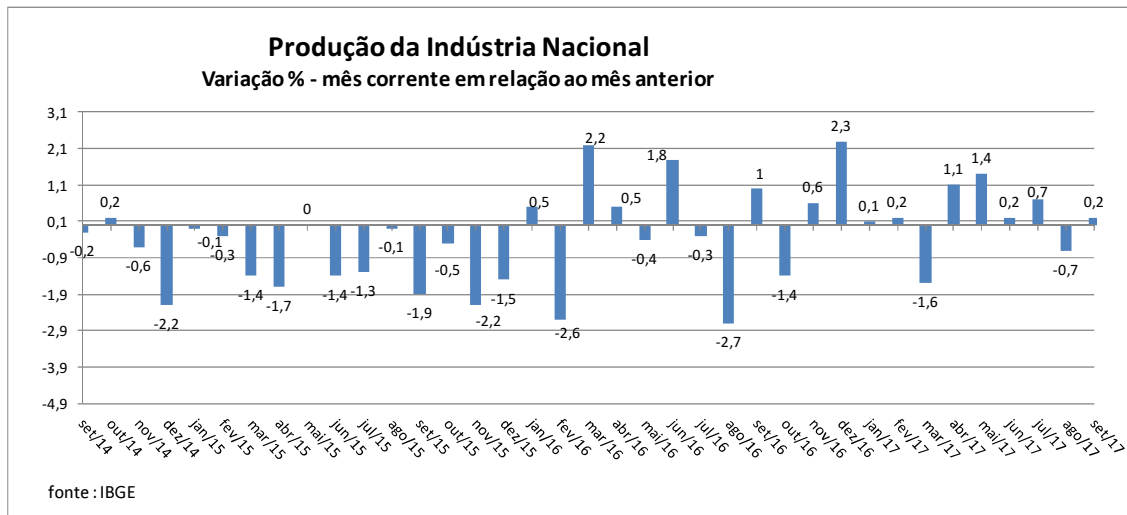
Quanto à arrecadação do ICMS do setor no Distrito Federal, conforme tabela supramencionada da arrecadação do ICMS por atividades selecionadas, o resultado é decréscimo real de 4,0% para o mês de outubro de 2017 em relação a outubro de 2016. No entanto, no desempenho acumulado de 2017 em relação ao mesmo período de 2016, não houve incremento nem decréscimo em termos percentuais.

INDÚSTRIA

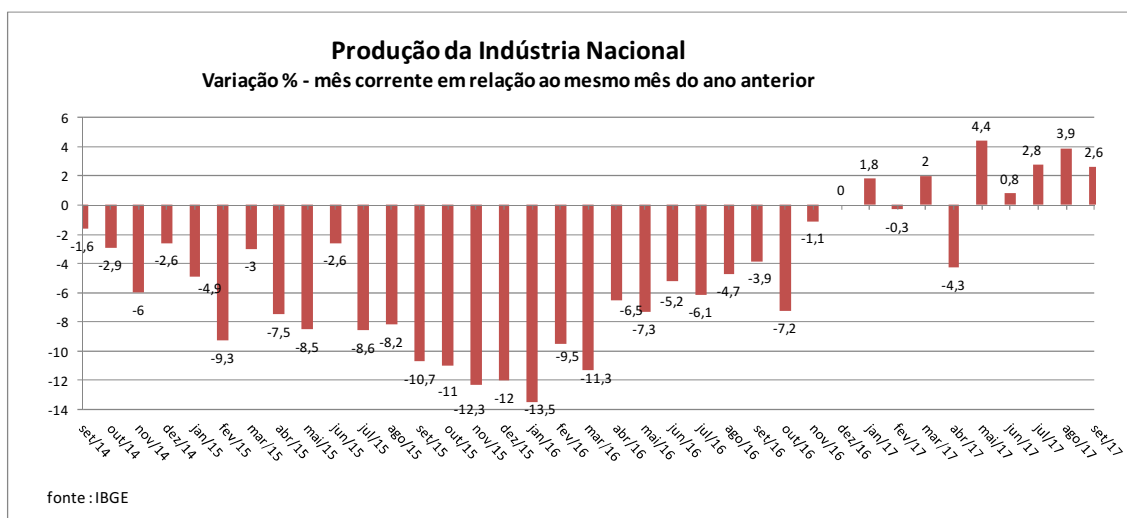
Os dados de setembro da publicação Indicadores Estruturais, produzida pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), mostram recuo em relação ao mês anterior. Embora não revertam os resultados positivos de agosto e, sobretudo, de julho, as quedas de 0,9% do faturamento real, de 0,1% das horas trabalhadas na produção e do emprego, de 1,2% da massa salarial real e de 2,2% do rendimento médio real evidenciam as dificuldades que a indústria enfrenta para mostrar uma trajetória sustentada de crescimento. A Utilização da Capacidade Instalada (UCI) ficou em 77,5% na série livre de efeitos sazonais, representando queda de 0,2 ponto percentual na comparação com agosto, mas aumento de 0,9 ponto percentual em relação a setembro de 2016. A utilização média em 2017 até setembro é de 77,2%, mesmo percentual registrado em 2016.

Os dados da pesquisa Industrial Mensal Produção Física – Regional divulgada em 7 de novembro pelo IBGE, entretanto, foram melhores. Em setembro de 2017, a produção industrial nacional mostrou acréscimo de 0,2% frente ao mês imediatamente anterior, na série livre de influências sazonais,

após recuar 0,7% em agosto último, quando interrompeu quatro meses consecutivos de expansão na produção, período em que acumulou ganho de 3,4%, conforme apresentado no gráfico abaixo.



Os índices do setor industrial foram positivos, tanto para o fechamento do terceiro trimestre de 2017 (3,1%), como para o acumulado dos nove meses do ano (1,6%), nas comparações contra iguais períodos do ano anterior. A taxa anualizada, indicador acumulado nos últimos doze meses, ao avançar 0,4% em setembro de 2017, assinala o primeiro resultado positivo desde maio de 2014 (0,3%). O gráfico abaixo apresenta as variações na produção da indústria nacional, comparando o mês corrente com o mesmo mês do ano anterior.



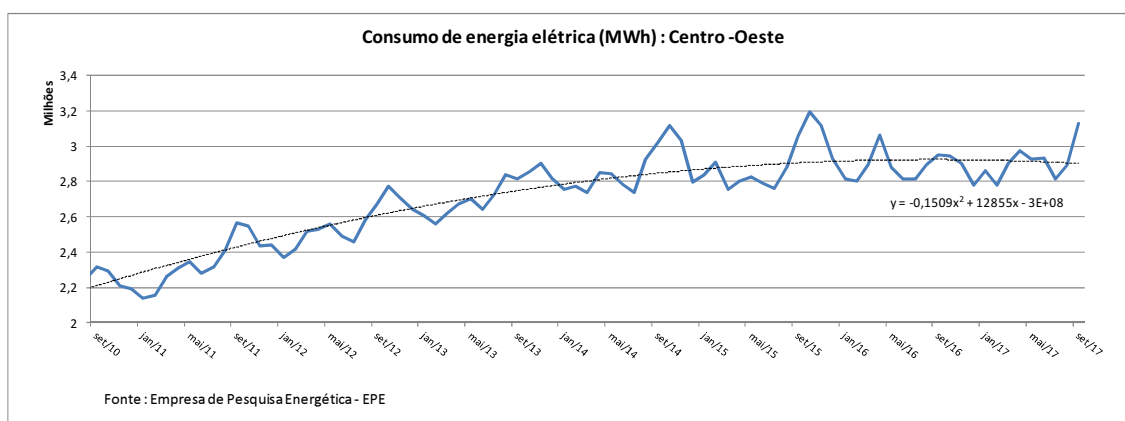
Quanto à arrecadação do ICMS Indústria no Distrito Federal, o resultado do mês de outubro de 2017 foi de decréscimo de 1,7% na comparação com o mesmo mês em 2016, e queda de 1,1% no resultado acumulado do período de janeiro a outubro de 2017 na comparação com o mesmo período de 2016. Dessa forma, o desempenho da arrecadação do ICMS indústria não se encontra alinhado com o cenário nacional da atividade industrial, devido ao perfil da indústria distrital, que enfatiza os setores de bebida e cimento.

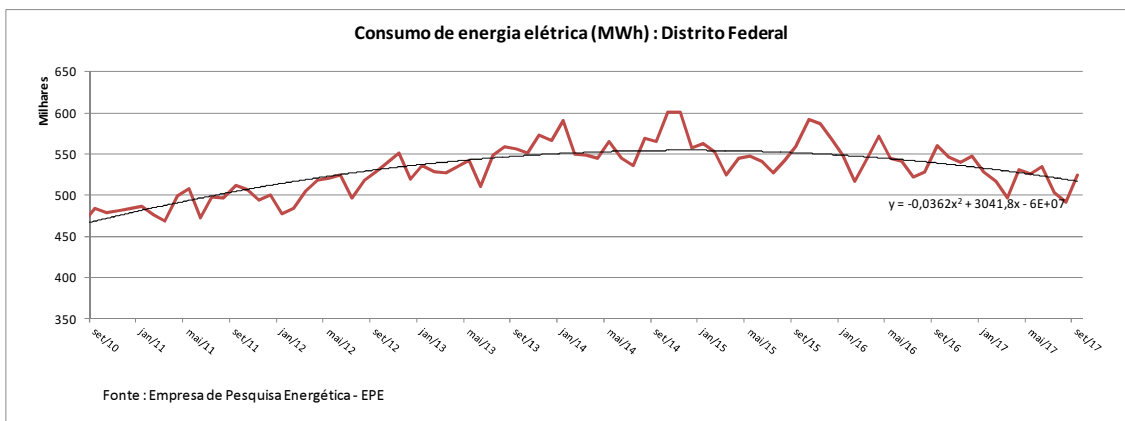
ENERGIA ELÉTRICA

Na Resenha Mensal do Mercado de Energia Elétrica, divulgada em 31 de outubro, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) relatou que o consumo de energia elétrica na rede nacional totalizou 38.741 GWh em setembro, representado crescimento de 1,3% em relação ao mesmo mês de 2016. No mesmo sentido, a demanda nacional de eletricidade avançou 0,5% no 3º trimestre do ano, após recuar 1,0% no 2º trimestre.

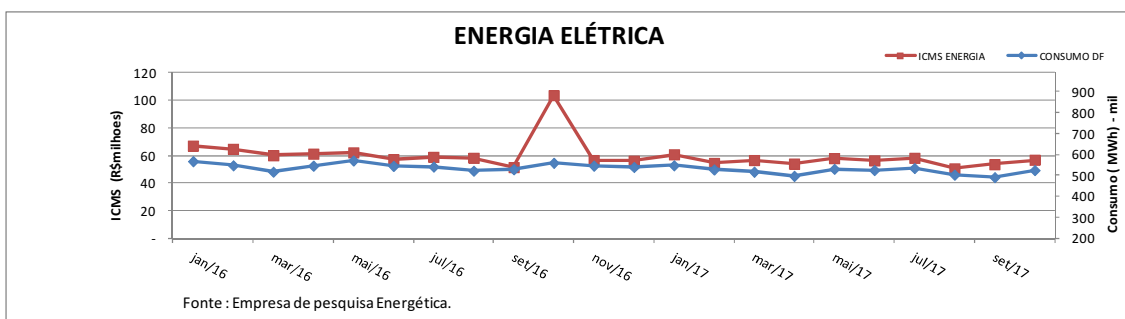
Embora aquela publicação tenha chamado a atenção para o crescimento de 6,3% do consumo na classe comercial observado na região Centro-Oeste, consequência da alta de 18,6% no estado do Mato Grosso e de 16,8% no Mato Grosso do Sul, no Distrito Federal observou-se contração de 6,7% do consumo nessa classe, pelo sétimo mês consecutivo, apesar de apresentar acréscimo no nível de consumo em relação ao mês anterior. Quanto à classe residencial, o Distrito Federal apresentou retração de 3,5% do consumo, enquanto em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás o consumo cresceu 27,4%, 15,2% e 4,0%, respectivamente.

As figuras seguintes ilustram o consumo de energia elétrica na região Centro-Oeste e no Distrito federal.





O desempenho da arrecadação do ICMS Energia Elétrica no Distrito Federal está alinhado com o que foi observado no consumo de energia distrital. Em outubro de 2017, contabilizou-se decréscimo comparando-se com outubro de 2016, que ainda foi bastante expressivo (45,4%) devido à base ampliada de comparação, que acumulou arrecadações de fatos geradores de abril de 2015, conforme se observa no gráfico abaixo. No acumulado de janeiro a outubro de 2017, o resultado foi também de decréscimo (13,2%) na comparação com igual período de 2016.



VEÍCULOS

Em setembro de 2017, foram emplacados 199.227 veículos (carros, comerciais leves, caminhões e ônibus) no Brasil, contra 159.953 em setembro do ano passado, alta de 24,5% na comparação com o mesmo mês de 2016, conforme dados divulgados em 3 de outubro pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos (Fenabrave), associação que representa as concessionárias. Foi o segundo melhor resultado para o setor em 2017, atrás apenas de agosto, que registrou 216 mil unidades comercializadas.

Nos nove primeiros meses do ano, foram vendidos 1,62 milhão de veículos novos no país (alta de 7,36% sobre o verificado no mesmo período do ano passado), levando a entidade a elevar pela segunda vez a estimativa de crescimento nos emplacamentos de veículos, entre carros de passeio, utilitários leves, caminhões e ônibus em relação a 2016, passando-a de 4,3% para 9,9%.

No Distrito Federal, de acordo com pesquisa mensal divulgada pelo Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos do Distrito Federal (Sincodiv-DF), entidade que conta com 60 associados totalizando 136 concessionárias, foram comercializadas 5.938 unidades (automóveis, camionetas, caminhões, micro-ônibus e ônibus), queda de 5,7% ante as 6.116 comercializadas em agosto, porém o acréscimo de 24,6% sobre setembro de 2016.

Quanto à arrecadação do ICMS Veículos no Distrito Federal, o resultado do mês de outubro de 2017 foi de acréscimo de 10,7%, em valores reais, na comparação com o mesmo mês em 2016, acompanhando o aumento das vendas, e acréscimo de 8,6% no resultado acumulado do período de janeiro a outubro de 2017, na comparação com o mesmo período de 2016.

VENDAS NO VAREJO

As vendas de hiper e supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumos foram os principais responsáveis pelo aumento de 0,5% das vendas do varejo entre agosto e setembro, conforme dados divulgados em 14 de novembro pelo IBGE, confirmando a trajetória de retomada lenta do setor, após tropeço em agosto. De acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), as vendas desses segmentos cresceram 1% em setembro e de 6% perante setembro de 2016, a maior alta para essa comparação desde abril de 2014.

Das oito atividades de varejo, cinco tiveram alta de vendas. Além do setor de supermercados, outras duas atividades também que também tiveram destaque positivo foram artigos farmacêuticos, medicamentos e perfumaria (+4,3%) e o outros artigos de uso pessoal (+2,9%).

O comércio de bens de consumo duráveis, por sua vez, acelerou na passagem do segundo para o terceiro trimestre, de alta de 3,9% para avanço de 4,2%, sempre na comparação aos três meses anteriores, com ajuste

sazonal. O período foi marcado pelo aumento das vendas de móveis e eletrodomésticos e também de automóveis, segundo o IBGE.

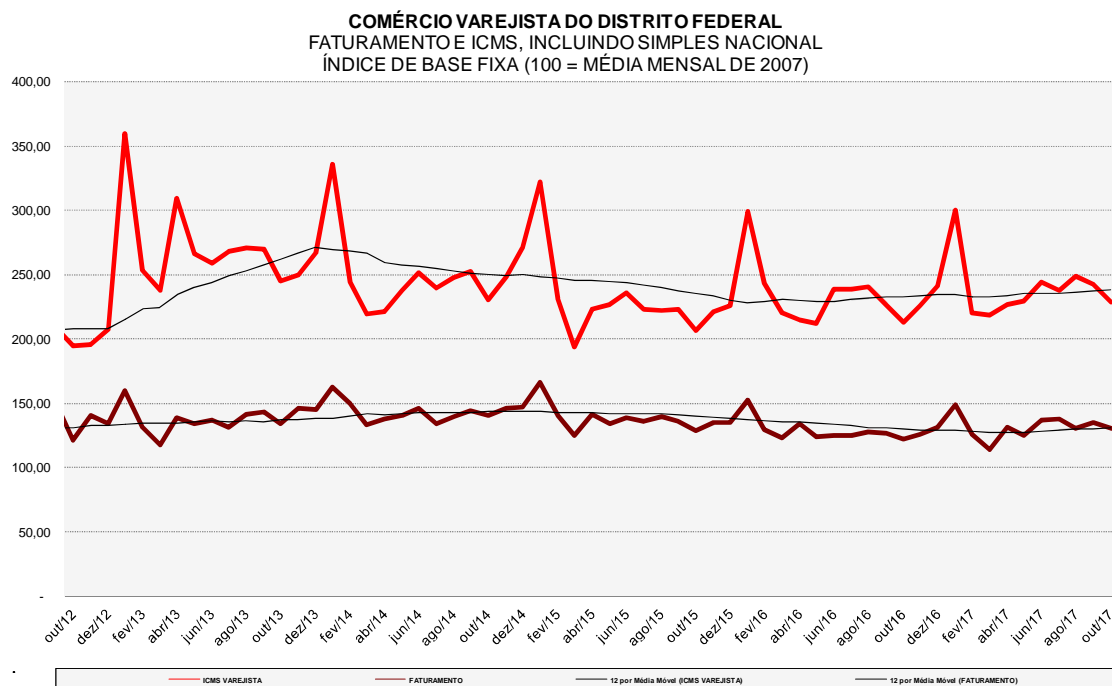
Embora os resultados tenham sido positivos em 23 das 27 Unidades da Federação em comparação com setembro de 2016, com destaques para Mato Grosso (18,1%), Acre (17,3%) e Rondônia (16,7%), no Distrito Federal observou-se variação de -3,1% do Volume de Vendas do Varejo contra igual mês do ano anterior, de -6,7% no acumulado do ano e de -6,9% no acumulado dos últimos 12 meses, sendo esta a segunda pior variação entre as Unidades Federadas. Como o setor de supermercados tem peso de 46% na pesquisa do IBGE e na publicação são destacadas as variações negativas no volume de vendas de hipermercados e supermercados em comparação ao mês anterior (-9,1%), no acumulado do ano (-17,1%) e nos últimos 12 meses (-15,6%), essa talvez seja a explicação para o mau desempenho.

O quadro abaixo apresenta as variações de receita nominal de vendas no comércio varejista do Distrito Federal. Observa-se que o grupo hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo apresenta resultados negativos nas variações mensal, anual e acumulada de 12 meses.

Varição de receita nominal de vendas no comércio varejista ampliado			
Atividades	Mês(%)	Ano(%)	12 Meses(%)
Material de construção	29,4	24,9	15,3
Móveis	47,5	15,1	4,0
Veículos, motocicletas, partes e peças	24,4	19,9	9,6
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-24,2	6,6	11,4
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	7,3	-0,9	-4,4
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	4,0	1,1	-0,5
Tecidos, vestuário e calçados	-3,5	0,1	-1,5
Livros, jornais, revistas e papelaria	-0,9	-4,9	-8,6
Eletrodomésticos	9,7	-1,7	-3,7
Combustíveis e lubrificantes	-8,6	-9,1	-6,6
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-14,4	-18,0	-16,1
TOTAL	7,5	3,6	-0,6
Fonte : PMC IBGE			

Quanto à arrecadação do ICMS Comércio Varejista no Distrito Federal, o resultado do mês de outubro de 2017 foi aumento de 3,1% na comparação com o mesmo mês em 2016, e decréscimo de 1,2% no resultado acumulado do período de janeiro a outubro de 2017 na comparação com o mesmo período de 2016.

Conforme gráfico apresentado abaixo, a curva de arrecadação do ICMS no Distrito Federal mostrou leve queda em outubro de 2017, enquanto que o faturamento apresentou-se estável. Na ampliação da análise, considerando a média móvel de doze períodos, depreende-se que a partir de 2016 a receita do ICMS varejo apresenta pequena ascensão, ao passo que a receita nominal de vendas reporta suave declínio.



ICMS BRASIL

A arrecadação do ICMS, incluindo dívida ativa, multas e juros e simples nacional, em nível nacional apresentou aumento real de 2,8% no período de janeiro a setembro de 2017 comparado com o mesmo período de 2016. Nessa mesma comparação, o Distrito Federal apresentou decréscimo de 1,3%, ocupando a 23ª posição no ranking dos melhores desempenhos dentre as 27 Unidades Federadas. Na Região Centro-Oeste, o DF apresentou a pior posição, conforme tabela a seguir.

ICMS Acumulado de Janeiro a setembro (em R\$ milhões de setembro/2017- INPC/IBGE)

UF	ESTADO	2016	2017	Varição (em %)
RO	Rondônia	2.230,66	2.482,62	11,30%
RN	Rio Grande do Norte	3.458,47	3.849,09	11,29%
PR	Paraná	20.292,67	22.427,50	10,52%
RR	Roraima	530,91	582,45	9,71%
SC	Santa Catarina	13.315,96	14.294,85	7,35%
PB	Paraíba	3.612,76	3.821,22	5,77%
MG	Minas Gerais	32.153,06	33.662,81	4,70%
AM	Amazonas	5.483,39	5.738,49	4,65%
AC	Acre	766,18	801,81	4,65%
AP	Amapá	537,78	561,91	4,49%
BA	Bahia	14.833,95	15.466,12	4,26%
SE	Sergipe	2.275,39	2.371,94	4,24%
PI	Piauí	2.647,17	2.758,02	4,19%
MT	Mato Grosso	7.393,14	7.681,23	3,90%
PE	Pernambuco	10.237,78	10.616,66	3,70%
CE	Ceará	7.989,75	8.265,02	3,45%
RS	Rio Grande do Sul	23.274,91	23.856,68	2,50%
TO	Tocantins	1.824,24	1.859,86	1,95%
SP	São Paulo	96.393,67	97.971,96	1,64%
MA	Maranhão	4.540,43	4.614,27	1,63%
MS	Mato Grosso do Sul	6.319,40	6.369,20	0,79%
GO	Goiás	10.990,50	11.063,57	0,66%
DF	Distrito Federal	5.937,97	5.862,34	-1,27%
ES	Espírito Santo	6.947,81	6.842,98	-1,51%
AL	Alagoas	2.755,87	2.686,65	-2,51%
RJ	Rio de Janeiro	24.756,51	24.076,68	-2,75%
PA	Pará	7.853,95	7.583,93	-3,44%
BR	BRASIL	319.354,26	328.169,86	2,76%

Fonte: SEF-DF e COTEPE/CONFAZ/MF.

Nota: Os valores não informados pelas UFs foram substituídos por médias aritméticas simples.

ARRECAÇÃO DO REGIME SIMPLIFICADO

Os ingressos provenientes do Simples Nacional em outubro de 2017 totalizaram R\$ 33,5 milhões, que representa um acréscimo de 4,4% em relação ao mês precedente. No mesmo período, houve acréscimos de 0,9% para o ICMS e de 8,7% para o ISS.

ARRECAÇÃO SIMPLES NACIONAL - ÚLTIMOS 6 MESES					
Mês/Ano	ICMS		ISS		Total da Arrecadação (em R\$)
	Valor (em R\$)	Nº de Contribuintes	Valor (em R\$)	Nº de Contribuintes	
Maio/2017	16.708.899,32	135.212	12.590.670,98	131.484	29.299.570,30
Junho/2017	16.397.095,99	136.413	12.078.087,53	132.815	28.475.183,52
Julho/2017	17.081.241,65	137.444	13.860.765,54	134.069	30.942.007,19
Agosto/2017	17.743.768,28	139.447	13.594.102,17	136.796	31.337.870,45
Setembro/2017	17.863.308,83	140.251	14.262.152,27	138.109	32.125.461,10
Outubro/2017	18.028.165,25	161.501	15.499.477,77	168.972	33.527.643,02

Nota: Nº de contribuintes inclui SIMEI.

ARRECAÇÃO DO ISS

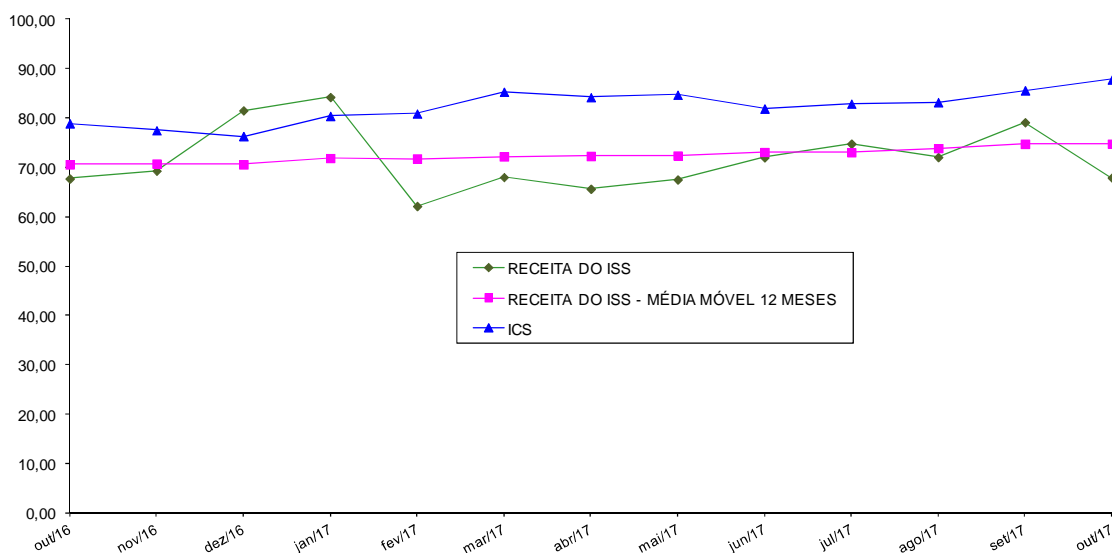
No mês de outubro de 2017, a receita do Imposto Sobre Serviços (ISS) contabilizou o montante de R\$ 125,1 milhões em valores correntes. No confronto com os recolhimentos contabilizados no mesmo mês do ano anterior apurou-se um acréscimo nominal de 0,3% na arrecadação, correspondente a uma perda real de 1,5%.

No período de janeiro a outubro de 2017, a receita do ISS alcançou o montante de R\$ 1.314,1 milhões em valores correntes, resultando em aumento nominal de 7,3% e ganho real de 4,0%, em relação ao mesmo período de 2016.

Em ambas as comparações reais, utilizou-se o INPC/IBGE como fator de ajuste monetário.

O Índice de Confiança de Serviços – ICS, medido pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, avalia a tendência de curto prazo e o comportamento das empresas do setor de serviços, com abrangência nacional. O gráfico a seguir traz o comportamento deste indicador, até outubro de 2017, frente à arrecadação de ISS do Distrito Federal.

COMPARATIVO ÍNDICE DE CONFIANÇA DE SERVIÇOS x RECEITA DO ISS



Fonte: SIGGO e IBRE/FGV.

O Índice de Confiança de Serviços (ICS) da Fundação Getúlio Vargas avançou 2,2 pontos em outubro. Com efeito, o ICS alcançou o patamar de 87,8 pontos, o maior patamar desde outubro de 2014, conforme dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Apesar da expressiva queda pontual de arrecadação do ISS em outubro de 2017, a média móvel da arrecadação, que indica tendência, sugere crescimento suave.

Vale salientar que a partir de novembro de 2015, a classificação setorial das sondagens de tendências do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (FGV/IBRE), passou a ser determinada pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas em sua versão 2.0 (CNAE 2.0, IBGE). Todas as informações contidas nos relatórios emitidos pela FGV/IBRE, referente ao setorial das sondagens de tendências, são ajustadas por sazonalidade, exceto quando expressamente indicado. E, também, as séries históricas com ajuste sazonal foram revisadas em fevereiro de 2017, considerando todos os dados disponíveis.

No mês de outubro de 2017, o cadastro fiscal do DF registrou 168.972 contribuintes ativos com atividade do ISS, classificados de acordo com a tabela a seguir.

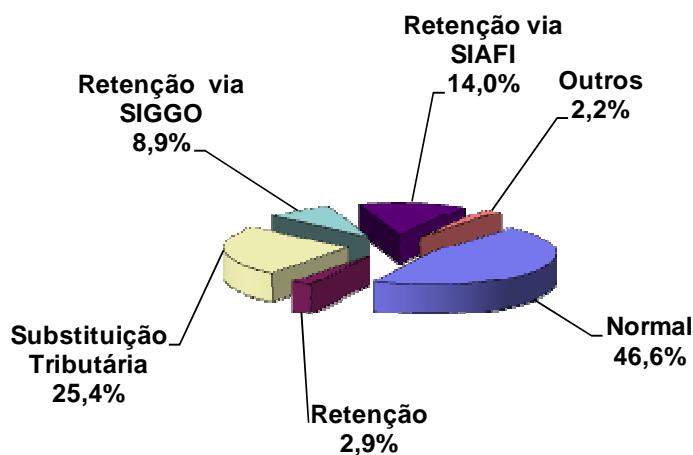
OUTUBRO DE 2017	AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA RECEITA										
	AGBAN	AGBRA	AGCEI	AGEMP	AGGAM	AGPLA	AGSIA	AGSOR	AGTAG	PBRAZ	TOTAL
1) Regime Normal de Apuração	785	11.499	1.187	2.273	1.237	371	4.031	749	5.217	137	27.486
2) Substituto Tributário Interno -ISS		3		39							42
3) PRO-DF Logístico											0
4) SIMEI - Microempreendedor Individual	5.385	17.794	12.920		12.966	4.711	8.483	5.821	21.781	1.808	91.669
5) SIMPLES NACIONAL	2.184	15.591	3.681	15	3.718	1.341	6.416	2.155	12.352	469	47.922
6) Sociedades Uniprofissionais	2	790	6	7	4	1	62	5	70	1	948
7) Substituto Tributário - ISS (OUTRA UF)				1							1
8) Telecom/Energia Elétrica - Centralizada				54							54
9) Telecom/Energia Elétrica - Centralizadora		1		7							8
10) Outra UF (E-Commerce)	4	9	2	756	4		1		2		778
11) Outra UF - Prestação de Serviço no DF		1		62						1	64
TOTAL	8.360	45.688	17.796	3.214	17.929	6.424	18.993	8.730	39.422	2.416	168.972
PARTICIPAÇÃO	4,95%	27,04%	10,53%	1,90%	10,61%	3,80%	11,24%	5,17%	23,33%	1,43%	

No comparativo com o mês anterior houve um aumento de 1.999 inscrições no total de contribuintes do ISS, com destaque para o regime do SIMEI - Microempreendedor Individual, que obteve 1.162 novas inscrições, seguido do Regime Normal de Apuração e do Simples Nacional, com 519 e 320 novas inscrições, respectivamente.

Em termos de participação por localidade, 27,0% do total de inscritos encontram-se na circunscrição de Brasília, 23,3% na circunscrição de Taguatinga e 49,7% nas demais localidades. Do total de inscrições, 54,0% estão no SIMEI; 28,0%, no Simples Nacional; 16,0%, no Regime Normal de Apuração e apenas 2,0%, nas demais modalidades.

Na avaliação das principais modalidades de recolhimento do ISS em outubro de 2017, o ISS Normal respondeu por 46,6% dos ingressos do imposto; a Substituição Tributária, por 25,4% e a Retenção via SIAFI, por 14,0%.

ISS por Situação de Recolhimento outubro de 2017



A tabela adiante apresenta valores reais, variações reais e composição da arrecadação do ISS por modalidade de recolhimento nos meses de outubro de 2016 e 2017, e nos períodos de janeiro a outubro de 2016 e de 2017.

Observa-se que as modalidades Retenção via SIGGO, Retenção e Normal apresentaram as maiores variações mensais positivas, enquanto que Retenção via SIAFI, a maior variação negativa mensal.

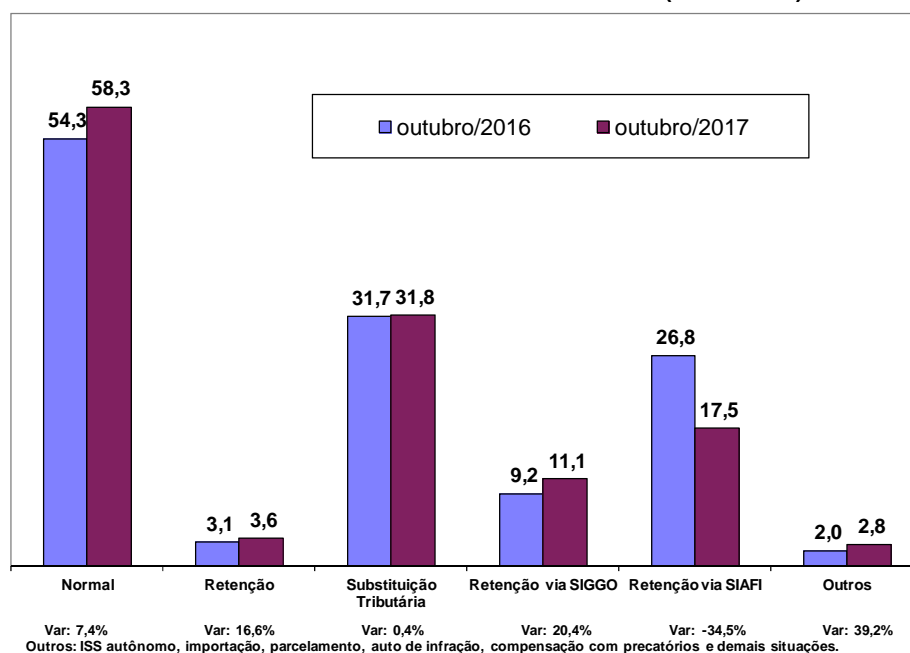
ARRECAÇÃO DO ISS POR SITUAÇÃO DE RECOLHIMENTO							
ISS	Valores Reais (em R\$ mil)				Variação Real ¹ (em%)		Composição da arrecadação (out -17)
	out/16		jan-out/16		out/17	jan-out/17	
	out/16	jan-out/16	out/17	jan-out/17	out/16	jan-out/16	
Normal	54.260	549.263	58.259	564.406	7,4%	2,8%	46,6%
Retenção	3.065	29.830	3.573	31.178	16,6%	4,5%	2,9%
Substituição Tributária	31.684	327.329	31.804	327.265	0,4%	0,0%	25,4%
Retenção via SIGGO	9.231	96.293	11.110	105.939	20,4%	10,0%	8,9%
Retenção via SIAFI	26.756	248.413	17.533	265.374	-34,5%	6,8%	14,0%
Outros	2.017	19.318	2.808	26.644	39,2%	37,9%	2,2%
Total da Arrecadação	127.013	1.270.446	125.087	1.320.806	-1,5%	4,0%	100,00%

Fonte: SIGGO
1:Apuração com base no INPC/IBGE.

Quanto ao período acumulado de janeiro a outubro de 2017, em comparação com igual período do ano anterior, ocorreu aumento real de arrecadação de ISS em todas as modalidades de recolhimento, exceto a modalidade Substituição Tributária, que não apresentou variação real de arrecadação.

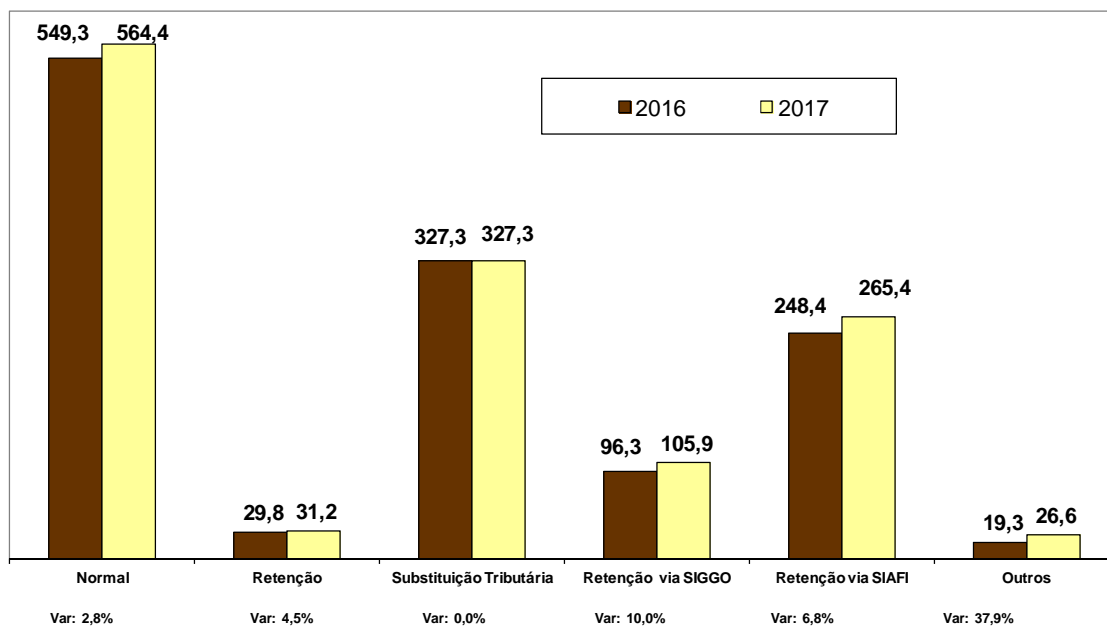
A figura a seguir ilustra a comparação em termos reais de arrecadação do ISS por modalidade de recolhimento em outubro de 2017 com o mesmo período em 2016. Com relação à retração real do ISS no total de R\$ 1,9 milhões em outubro de 2017 em comparação com outubro de 2016, verifica-se no gráfico abaixo que esta ocorreu principalmente em decorrência de recuo no recolhimento por Retenção via SIAFI (-R\$ 9,3 milhões).

ISS por situação de recolhimento
Em R\$ milhões de outubro/2017 (INPC/IBGE)

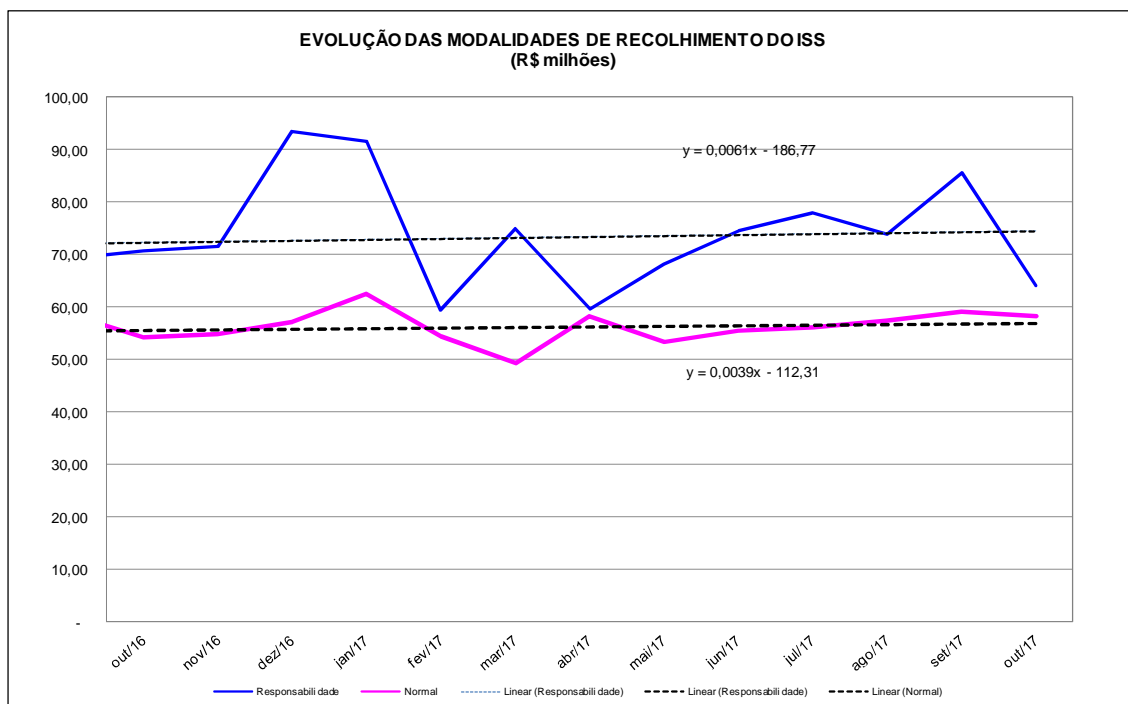


A figura abaixo ilustra, por sua vez, a comparação da arrecadação acumulada no período de janeiro a outubro de 2017 com a observada no mesmo período do ano anterior pelas principais situações de recolhimento. Verifica-se que ocorreu acréscimo real de receita para todas as modalidades de recolhimento, com exceção da Substituição Tributária, que alcançou o mesmo nível de arrecadação de ISS nos dois períodos supracitados (+ R\$ 327,3 milhões).

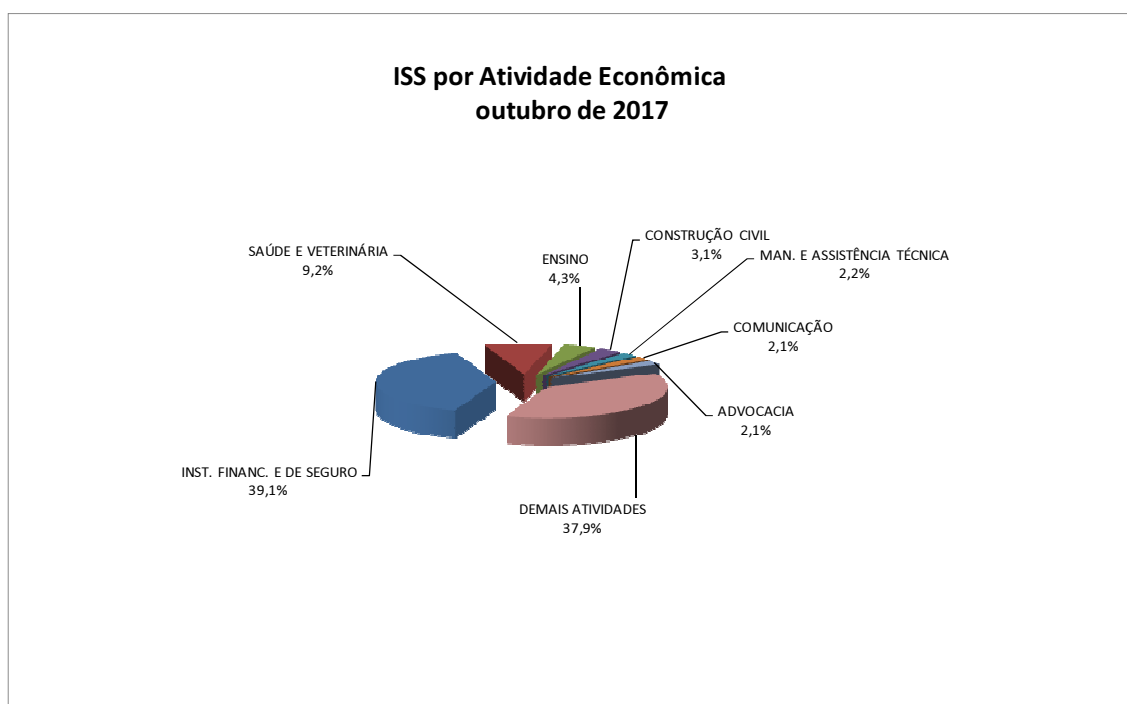
ISS por situação de recolhimento
2017 contra 2016 (acumulado até outubro)
Em R\$ milhões de outubro/2017 (INPC/IBGE)



Quanto ao gráfico seguinte, é possível depreender que as linhas de tendência mostram relativa estabilidade das séries históricas, com leve crescimento, tanto da modalidade de recolhimento normal como por responsabilidade.



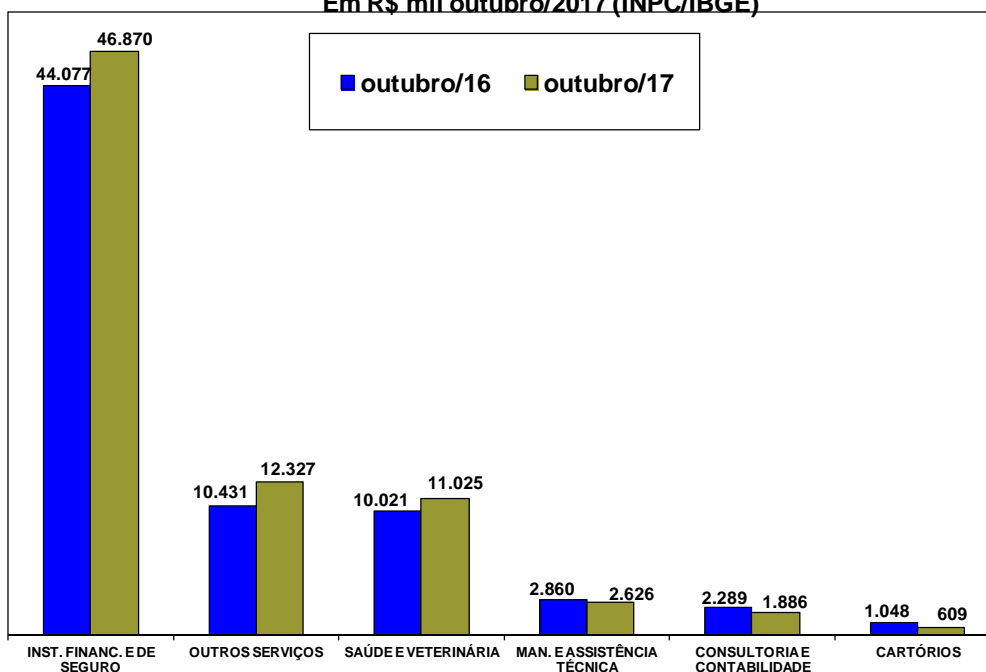
Partindo para a composição do ISS por segmento econômico em outubro de 2017, verifica-se conforme gráfico abaixo que a maior participação na arrecadação do imposto permaneceu no segmento de Instituições Financeiras e de Seguro (39,1%), acompanhada pelos segmentos de Saúde e Veterinária (9,2%) e Ensino (4,3%).



Os gráficos abaixo discriminam a arrecadação do ISS realizada pelos principais setores econômicos, na comparação mensal. Foram excluídas as retenções efetuadas por órgãos públicos concentradas nas áreas de informática, segurança e limpeza, pois essas não constam integralmente da base de dados que serve de referência para esta análise.

Na avaliação da arrecadação dos segmentos econômicos de outubro de 2017 com o correspondente mês do ano anterior, verificam-se os principais acréscimos nas atividades de Instituição Financeira e de Seguro (+R\$ 2,8 milhões), Outros Serviços (+R\$ 1,9 milhão) e Saúde e Veterinária (+R\$ 1,0 milhão). Por outro lado, apresentaram decréscimos as atividades de Manutenção e Assistência Técnica (-R\$ 234 mil), Consultoria e Contabilidade (-R\$ 403 mil) e Cartórios (-R\$ 439 mil).

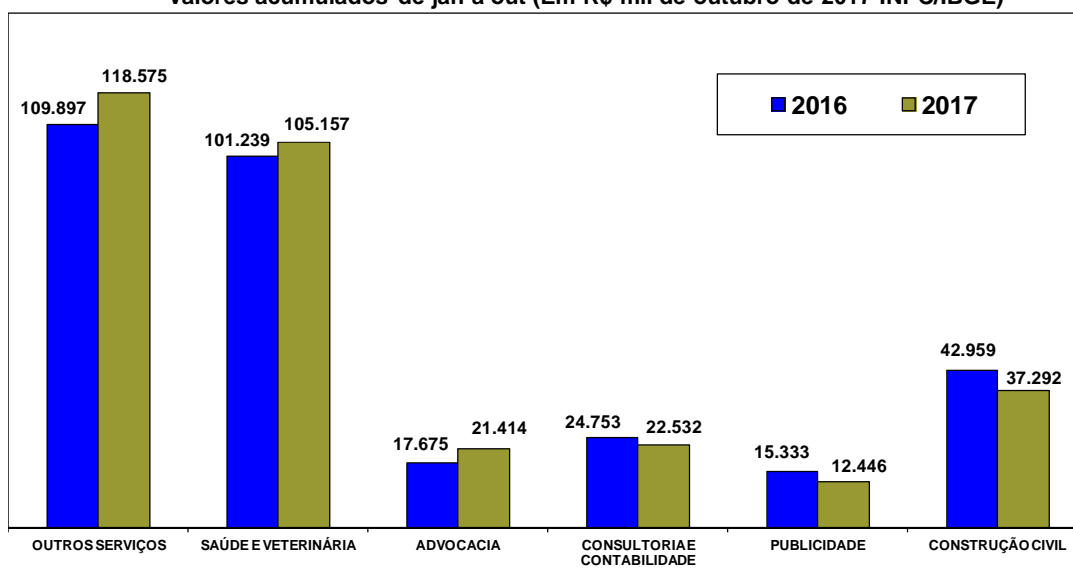
**ISS por Atividade Econômica - Total de Contribuintes
Maiores Variações Absolutas- Atividades Seleccionadas*
Em R\$ mil outubro/2017 (INPC/IBGE)**



(*) Exclui os setores de informática, segurança e limpeza, pois o financeiro dos contribuintes contempla apenas parcialmente a retenção por órgãos públicos.

Na comparação de 2017 frente a 2016 com dados acumulados até outubro, os maiores aumentos em termos absolutos ocorreram nos segmentos Outros Serviços (+R\$ 8,7 milhões), Saúde e Veterinária (+R\$ 3,9 milhões) e Advocacia (+R\$ 3,7 milhões). Por outro lado, apresentaram os maiores decréscimos as atividades de Consultoria e Contabilidade (-R\$ 2,2 milhões), Publicidade (-R\$ 2,9 milhões) e Construção Civil (-R\$ 5,7 milhões).

ISS por Atividade Econômica - Total de Contribuintes
Maiores Variações - Atividades Seleccionadas
***Valores acumulados de jan a out (Em R\$ mil de outubro de 2017-INPC/IBGE)**



(*) Exclui os setores de informática, segurança e limpeza, pois o financeiro dos contribuintes, até o momento da elaboração do relatório, não contemplava integralmente a retenção por órgãos públicos.

SÉRIES HISTÓRICAS

(10 outubro 2017 – Séries Históricas.xls)